

Relatório do 2º Seminário da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade

Tema: PROMOÇÃO DA IGUALDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

Hoje na sede do Conselho Federal da OAB através da CNPI, de forma telepresencial foi realizado o 2º Seminário de Promoção da Igualdade e Segurança Pública. Na abertura o Presidente Felipe Santa Cruz proferiu discurso, assim como os demais representantes da mesa proferiram breves saudações. Em seguida me foi dada a palavra que além de agradecer a todas as autoridades da mesa e agradecer a Diretoria do CFOAB pelo acolhimento para a realização do evento, bem como o deferimento para a realização do Curso da Diversidade Racial em parceria com a ESA, prossegui pontuando que: A ideia do seminário nasceu da necessidade de refletir e apontar alguns diagnósticos vivenciados em todo país por nós advogados que exercemos uma advocacia militante e ativista no combate ao racismo, Preconceito e discriminação racial dentro e fora da instituição, com vistas a banir a letalidade da população negra, através da prática reiterada de homicídios praticados pelas instituições de segurança pública. Contudo, a ideia do Seminário foi também considerar que para além de apontar o racismo institucional estruturado no seio das entidades e reproduzido pelos seus prepostos por intermédio das instituições, foi ainda contribuir no sentido de apontar formas e soluções factíveis com vistas a construir políticas sociais que possam reduzir o alto índice de homicídios de pessoas pretas e assim construir um país melhor e mais solidário para todos os brasileiros.

Assim as mesas abordaram os seguintes temas:

MESA 1: ABORDAGEM POLICIAL, RACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES POLICIAIS E FILTRAGEM RACIAL NA SELEÇÃO/ADPF 635/20

Palestrante: Debora Duprat (Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos)

Debatedor: Humberto Adami (Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil)

Debatedora: Silvia Cerqueira (Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade)

Relatora: Maria Jozineide Leite de Araújo (Vice-Presidente da Comissão da Igualdade da OAB/AP)

É necessário continuar com o trabalho de acabar com esse gargalo da desigualdade racial, social e combater a cultura do racismo estrutural arraigado na sociedade brasileira.

Criação de delegacias especializadas no atendimento de questões raciais (com especialização das autoridades policiais), fortalecendo a judicialização de ações contra as instituições que se omitem diante das violações de direitos humanos que dizimando a comunidade negra, cujo exemplo está evidenciado na ADPF 635/2020.

MESA 2: PODER JUDICIÁRIO E A IMPLANTAÇÃO DAS VARAS DE COMBATE A CRIMES RACIAIS

Palestrante: Flávia Pessoa (Conselheira do CNJ)

Debatedora: Eunice Prudente (Secretaria Municipal de Justiça - SP)

Debatedora: Des. Ivone Ferreira Caetano (Diretora de Igualdade Racial da OAB/RJ)

Relatora: Maura Campos Domiciana (Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/GO)

Estimular a instalação no seio dos 92 Tribunais do País de Comissões com recorte de gênero, raça, deficientes, opção sexual etc, fornecendo uma estrutura mínima para recepção das demandas que servirão de base para nortear a instalação das varas e consequentemente a escolha criteriosa de juízes voltados para a diversidade. Os magistrados obrigatoriamente de passar por um processo de formação.

Concluindo a mesa a necessidade da instalação das Varas Criminais para combater os crimes raciais. Com a fiscalização do CNJ.

MESA 3: DELEGACIAS DE COMBATE A CRIMES RACIAIS UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA

Palestrante: Andrea Mattos (Delegada)

Debatedor: Des. Lidivaldo Britto (TJBA)

Debatedora: Márcia Noeli (Delegada)

Relatora: Lucinara Manenti (Membro da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade)

Ficou patente a necessidade de instalação de Delegacias de combate aos crimes raciais, considerando que cabe a polícia como medida inicial a base da investigação e onde não fosse possível em razão da pouca demanda seria incorporado a competência de outras minorias discriminadas, devendo os profissionais lotados nessas unidades passarem por formação com cursos de relações étnico raciais e práticas antidiscriminatórias.

Entendeu a mesa ainda que algumas elaborações legislativas deveriam ser concretizadas através de projetos de leis ou mesmo emendas as leis já existentes, para os crimes raciais, cuja pena mínima atualmente é de um (01) ano devendo ser ampliada, com vistas a impedir a aplicação do art.39 do Código Penal.

Recomendaram a formação para juízes e serventuários judiciais que deve começar desde as faculdades de direito.

MESA 4: ADVOCACIA E A APLICAÇÃO DOS TRATADOS E CONVENÇÕES NAS CÔRTEES INTERNACIONAIS NO COMBATE AO RACISMO

Palestrante: Leopoldo Soares (Professor e Coordenador do Curso de Graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Debatedor: Marcos Vinícius Sá (Presidente da Comissão de Igualdade Racial da ABRACRIM - ES)

Debatedora: Adélia Pessoa (Conselheira Federal)

Debatedora: Mylene Pereira Ramos Seidl (Consultora. Juíza do Trabalho Aposentada do TRT2)

Relatora: Beatriz Silveira (Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da 8ª Subseção - São Gonçalo/RJ)

A recomendação para as escolas de direito ampliarem conhecimentos nos Direitos Humanos e propõe a sedimentação da constitucionalização do Direito Internacional e a Internacionalização do Direito Constitucional e um interfere no outro, Ainda o ensino das relações étnico-raciais, a concretização do acesso a justiça como o mais básico direito comprometido como a garantia do Direito de todas as pessoas. Sensibilização continuada, inclusive na OAB, na área da Segurança Pública e por meio do uso da Tecnologia da informação estabelecer um observatório independente para contabilizar todas as pessoas discriminadas pelo sistema de justiça em Defesa do Estado democrático

MESA 5: SISTEMA PRISIONAL E A INVISIBILIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Palestrante: Letícia Padilha (Secretária-Geral Adjunta da OAB/RS)

Debatedora: Jacqueline Muniz (Professora da UFF)

Debatedora: Daniela Borges (Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada)

Relator: Peter Paulo Martins Valente (Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/PA)

Case: Karla Meura (Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/RS)

Tratamento digno para as mulheres encarceradas, considerando a convivência de homens e mulheres em presídio comuns só existindo 103 feminino no universo de 1420 no Brasil, considerando que as mulheres negras predominam a população carcerária. Garantir os

direitos das mulheres a maternidade, as visitas, a alimentação, a integridade física e psicológica e sem discriminação social e racial. Garantir a defesa das prerrogativas das advogadas negras que tem suas prerrogativas violadas no exercício da sua profissão.

Como orientar o Estado que necropolitiza os negros no Brasil.

MESA 6: CORPOS NEGROS E SEGURANÇA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DO ESTADO BRASILEIRO – NECROPOLÍTICA

Palestrante: Fábio Gonçalves (Professor. Advogado. Presidente da Comissão de Igualdade Racial de Pelotas/RS)

Debatedor: Júlio César Condaque Soares (Historiador. Dirigente Nacional Quilombo Raça e CSP CONLUTAS)

Debatedora: Manoela Alves dos Santos (Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/PE)

Relatora: Andreia Vitor (Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/PR)

Case: Mariana Lopes (Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/PR)

Necessidade de dar mais oportunidades aos jovens negros, investir em educação e qualificação profissional, com vistas a aumentar a qualidade e expectativa de vida da população negra bem como reduzir a alta quantidade de mortes.

Ainda, investir na formação de policiais com vistas a evitar a violação dos lares e a cor ser fator determinante para a morte de negros no país.

Por fim, reafirmo o nosso agradecimento a diretoria da OAB pelo acolhimento a refletir acerca de um tema espinhoso, mas que necessita ser enfrentado, com vistas a construir a transformação de uma sociedade machista, racista e carregada de práticas letais contra o segmento que é o negro.

Ainda, decorrência da recente aprovação das Cotas no Sistema OAB, aproveito a presença do presidente Felipe Santa Cruz para formalizar a entrega da Sugestão do Manual de Procedimentos para a Implementação das Cotas, que já está protocolado sob o nº 49.0000.2021.001986-1 sugerido pela CNPI e construído pelas Representantes das 05 Regiões do Brasil:

Dra Karla Meura Região Sul

Dra. Manoela Lopes Região Nordeste

Dra. Ivone Caetano Região Sudeste

Dra. Maura Domiciana Região Centro - Oeste

Dr. Piter Paulo Região Norte